

Imagem da violência e violência da imagem

Guerra e ritual na Assíria (séculos IX-VII a.C.)

The Image of Violence and the Violence of the Image

War and Ritual in Assyria (Ninth – Seventh Centuries BCE)

MARCELO REDE

Departamento de História

Universidade de São Paulo

Avenida Professor Lineu Prestes, 338, SP, São Paulo, 05.508-000, Brasil

mrede@usp.br

RESUMO A ideia de um Império Assírio (séculos IX-VII a.C.) predominantemente belicoso e cruel fundou-se em algumas visões herdadas do passado (dos autores clássicos à Bíblia hebraica) e desenvolveu-se com as descobertas arqueológicas e o deciframento dos textos em cuneiforme, a partir do século XIX. Ao lado dos documentos oficiais (inscrições, anais etc.), as imagens dos relevos dos palácios assírios tiveram um papel central nessa construção. Considerar essa visão como resultado de uma manipulação ideológica e propagandística do discurso régio e identificar uma abordagem acrítica da historiografia moderna é necessário, mas não suficiente. Este artigo busca oferecer uma apreciação alternativa. Propõe-se que é preciso conceber as imagens da violência como agentes ativos do fenômeno social da guerra sagrada, no quadro de um processo de expansão. As respostas apontam em uma dupla direção: primeiramente, para a relação entre a violência visual e o tipo específico de expansionismo assírio; em segundo lugar, para a natureza ritual dos artefatos visuais.

PALAVRAS CHAVE imagem, violência, imperialismo

Recebido: 9 ago. 2017 | Revisto pelo autor: 25 set. 2017 | Aceito: 29 set. 2017

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752018000100004>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 34, n. 64, p. 81-121, jan/abr 2018



ABSTRACT The idea of a predominantly bellicose and cruel Assyrian Empire (Ninth – Seventh centuries BCE) was based on certain visions inherited from the past (ranging from classical authors to the Hebrew Bible). From the nineteenth century onwards it developed following archaeological discoveries and the deciphering of cuneiform texts. Alongside official documents (inscriptions, annals, etc.), the images of the reliefs of Assyrian palaces played a central role in this construction. Considering this vision as the result of ideological and propagandistic manipulation of royal discourse and identifying an acritical approach of modern historiography is necessary, but not sufficient. This article seeks to offer an alternative appreciation. It proposes that it is necessary to conceive images of violence as active agents of the social phenomenon of sacred war, in a context of a process of expansion. The responses point in a dual direction: first to the relationship between visual violence and the specific type of Assyrian expansionism; in second place, to the ritual nature of visual artefacts.

KEYWORDS image, violence, imperialism

A cena é bem conhecida:¹ o rei Assurbanipal (668-627 a.C.) está alongado em um leito finamente decorado; apoiado sobre o cotovelo esquerdo, segura em uma das mãos uma flor de lótus; na outra, uma taça. Diante dele, está sua rainha, sentada em uma poltrona elevada, com apoio para os pés. Ela segura um buquê de flores e leva aos lábios um cálice. Tudo se passa em um jardim ornado de palmeiras e abetos; uma parreira, regurgitando de cachos de uvas, emoldura o casal. Pequenos

1 O painel conhecido como “Banquete no Jardim” fazia parte do conjunto de relevos em alabastro encontrados na sala S (certamente, provenientes do piso superior que desmoronou, S¹) do palácio norte (*bit riduti* = “palácio do príncipe”), em Nínive. Hoje, integra a coleção do Museu Britânico (WA 124920); Cf. BARNETT, 1976, p.57 e p. LXIII-LXV e READE, 1998, fig. 106 e 107. Para o provável posicionamento do painel no conjunto e na arquitetura do recinto, KERTAI, 2015, p.179-181.

pássaros pousam nas árvores. Os soberanos são abanados e servidos com acepipes em bandejas. A música preenche o ambiente.²



Figura 1: Banquete no Jardim. ©Trustees of the British Museum.

A paisagem é bucólica e muitos de seus elementos contribuem para reforçar o clima de gozo e fausto próprio à vida da realeza. Nas extremidades da cena, dois elementos lembram, contudo, que todo deleite tem sua condição. Às costas do rei, sobre um aparador, repousam a espada, o arco e a aljava com flechas. Não se pode excluir que seu propósito seja situar a cena do banquete na sequência de uma caçada (é o que sugere Benoit, 2003, p.403), inserindo-a em um ciclo narrativo frequente nos relevos dos palácios assírios (Lion; Michel, 2006, p.225 e ss). Mas a caça,

2 A rainha é, provavelmente, a esposa principal de Assurbanipal, Libbali-sharrat. A identificação dos personagens secundários é controversa. O “Banquete no Jardim” é apenas um dos painéis (C) que compunham um conjunto maior. À esquerda (painel B; do qual vemos a extremidade direita na Fig. 1), a fila de pessoas continua, elas têm aparência próxima das que estão servindo o casal real, mas portam instrumentos musicais. Mais à esquerda ainda, na parte superior de outro painel (A), há uma sequência de personagens, mais variados em trajes e posturas; três estão por terra, prestando reverência; este painel contém uma epígrafe de três linhas em cuneiforme. À direita do banquete, o painel (D) está pouco preservado, mas partes de servidores podem ser identificadas, seguidos por mais servidores e músicos (painel E). Na composição, Barnett viu uma orquestra feminina, servidores e, à esquerda, prisioneiros de “ranque real e principesco”, prosternados ao solo, pedindo clemência, ou portando comida. Ainda segundo Barnett, a epígrafe inscrita no painel (A) auxiliaria na identificação de príncipes elamitas e do sul da Babilônia servindo ao rei. BARNETT, 1976, p.56. A identificação feminina dos primeiros servidores e dos músicos parece plausível: MACGREGOR, 2003, p.55 e ss e MELVILLE, 2004, p.42. A epígrafe do painel (A) deve referir-se, então, apenas aos seus próprios personagens; cf. GERARDI, 1988, p.25, cuja tradução confirma a menção apenas aos elamitas.

particularmente ao leão, apanágio régio, aproxima-se semanticamente da guerra: ambas compõem a temática do ato heroico executado pelo rei contra as forças adversas, feras selvagens ou inimigos mundanos (Albenda, 1974),³ atingindo dimensões cósmicas na luta da ordem contra o caos (Cassin, 1987, p.196 e ss, p.201 e ss).⁴ No mais, na iconografia assíria, muitos elementos sugerem a caçada como uma performance ritualizada da ação do rei em associação com a procissão triunfal após a vitória em combate (Weissert, 1997, p.348 e ss).⁵ Caça e guerra complementam-se, equivalem-se, significam uma pela outra.

Por outro lado, diretamente no campo de visão de Assurbanipal, a evocação bélica não deixa margem à dúvida: a cabeça decepada de Teumman, o rei elamita, pende de uma argola no galho de uma árvore. É apenas uma etapa, a derradeira, dos infortúnios do monarca vencido. Os violentos momentos anteriores à queda são detalhados nos relevos da sala I do palácio norte e também de outro palácio em Nínive.⁶ O conjunto das informações destas imagens (algumas contendo epígrafes ou

3 A eleição do leão como vítima prestigiosa não impediu a assimilação entre o próprio rei e a fera, cuja posição no mundo animal é considerada digna de ser incorporada pelo soberano, cf. WATANABE, 2000, p.407. Variantes da expressão “*enfurecer-se/eriçar-se como um leão*” (*labbiš nadârum*) abundam nas inscrições assírias, particularmente em contextos em que o soberano reage a traições ou rebeliões. ABUSCH, 2008, sugere que a famosa narrativa do enfrentamento de Humbaba por Gilgamesh e Enkidu, na Epopeia de Gilgamesh, foi construída a partir de textos de iniciação do jovem príncipe pela caça.

4 Na p.212, a autora conclui: “Estabelecendo uma equivalência entre os reis, objeto de suas guerras, e os leões, alvo de suas caçadas, Assurbanipal põe em relação dois mundos diferentes e, de algum modo, opostos, o mundo civilizado, no qual domina o rei, e o mundo selvagem, onde o leão é rei” (CASSIN, 1987, p.212). Watanabe, por sua vez, sugeriu que a caça ao leão pelo rei assírio replica, no nível discursivo e iconográfico, o combate mitológico do deus Ninurta contra os monstros (particularmente Anzu); cf. WATANABE, 1998, p.445. Sobre o papel de Ninurta na ideologia real, cf. ANNUS, 2002, sobretudo p.102 e ss para a caçada real.

5 O fato de Assurbanipal não ter participado diretamente da campanha contra o Elam não diminui em nada o potencial simbólico da procissão triunfal perpetrada em sua homenagem.

6 Sobretudo os relevos da sala XXXIII do palácio sudoeste do tell Kuyunjik, construído por Senaqueribe, reformado por seu neto Assurbanipal, por volta de 650 a.C. Cf. BARNETT; BLEIBTREU; TURNER, 1998. Também: COLLINS, 2008, p.97 e ss. e RUSSELL, 1991, p.63, p.124, fig. 65. Para uma descrição das representações da campanha elamita, cf. ALBENDA, 1976;1977 (a autora nomeia a construção ‘palácio noroeste’, tomando como referência o conjunto da cidade antiga) e, mais recentemente, a detalhada reconstituição de NADALI, 2007.

legendas), das inscrições reais, de uma dezena de tabletas e um prisma permite recompor os episódios que constituirão a memória da campanha assíria contra os elamitas, em 653 a.C.:⁷ em meio a seus soldados massacrados durante a batalha de Til Tuba, às margens do rio Ulai, Teumman cai de sua carruagem abatida pelos assírios; tenta fugir com a ajuda de seu filho, Tammaritu, mas é flechado pelas costas; caído por terra, é decapitado por um soldado anônimo; sua cabeça é transportada para fora do campo de batalha em um carro de combate; levada para Arbela, é apresentada a Assurbanipal pendurada ao pescoço de um rei aliado de Teumman, Dunanu; este último também é torturado e executado logo a seguir; por fim, a cabeça do líder elamita segue para Níneve.



Figura 2: Detalhe da cabeça decepada do rei elamita. Banquete no Jardim. ©Trustees of the British Museum.

7 Cf. LUCKENBILL, 1989, n. 855 e ss. Para o chamado Prisma B, cf. BORGER, 1996, p.106 e ss. Para as legendas e epígrafes dos relevos, ver GERARDI, 1988. O mais completo estudo conjunto de textos, arquitetura e imagens é RUSSELL, 1999, p.154 e ss. As inscrições elamitas (supondo a possível identificação entre o rei designado em acadiano Teumman e o elamita Tepit-Huban-Inshushinak) não acrescentam muita informação ao quadro; cf. WATERS, 1997, p.78 e ss. Já a correspondência assíria mostra claramente que, mesmo antes de se tornar rei em 664 a.C., Teumman já nutria grande animosidade pela Assíria. WATERS, 1999, p.473-477.

A justaposição do repasto e da degola em uma mesma cena pode parecer desconcertante. Mas deveríamos tomá-la como contraditória? A composição do Banquete no Jardim pode sugerir, ao contrário, uma plena continuidade de sentido entre o gozo do momento de paz decorrente da vitória, com sua prazerosa consumação de alimentos e bebidas ao som da música, e os horrores das batalhas. A exibição da cabeça do rei inimigo não estaria simplesmente introduzindo, por assim dizer, a guerra e o sacrifício na sala de jantar? Stephanie Reed notou a tensão desse arranjo visual “em que vida e morte são justapostas, criando uma ansiedade difusa” (Reed, 2007, p.112). A aparente ambiguidade da cena permite indagar sobre o papel da iconografia da violência: seria ela apenas um artifício discursivo de propaganda da ideologia bélica, como defende uma opinião ainda hoje bastante corrente, ou a consideração da agência da imagem em interação com os atores sociais permitiria uma outra resposta?

IMAGENS DA ASSÍRIA GUERREIRA: ENTRE ANTIGOS E MODERNOS

A associação entre o império neoassírio (séculos IX a VII) e a guerra violenta e continuada é uma das mais sólidas da historiografia mesopotâmica, além de fazer parte de um imaginário difuso. Da ação militar ao belicismo cultural, o fenômeno guerreiro aparece como definidor do conjunto social assírio, patamar qualificador da política, da economia, das artes, da literatura, da religião e do próprio deus Assur. A guerra e seus aspectos conexos — em particular, a crueldade sem limites — são apresentados como um forte componente étnico e “nacional”, inerente a uma Assíria marcial. A conquista sem fronteiras, o domínio severo sobre as regiões vizinhas e a repressão sangrenta de toda resistência ou rebelião formam o quadro que confere sentido a essa caracterização. No final do século XIX, em uma das primeiras sínteses sobre os assírios, Archibald Sayce enfatizava a distância que os separava dos rivais babilônicos: “Os babilônios foram agricultores, afeitos à literatura e perseguidores da paz. Os assírios, pelo contrário, foram apropriadamente nomeados de

romanos do Leste: foram um povo militar, que se importava com muito pouco além da guerra e do comércio. Sua literatura, assim como sua cultura e sua arte, foi tomada de empréstimo da Babilônia e eles nunca foram muito receptivos a ela” (Sayce, 1895, p.25; original de 1885). Um século mais tarde, A. Kirk Grayson, um dos mais respeitados especialistas do período, formula um juízo muito semelhante: “O militarismo estava no coração do governo da Assíria sobre o território conquistado, pois a Assíria era uma nação de guerreiros” (Grayson, 1995, p.959).

Dois pilares da tradição ocidental nutriram fortemente essa imagem: os textos bíblicos e alguns autores clássicos. Até o século XIX, momento da redescoberta da Assíria pela arqueologia e do deciframento dos textos cuneiformes, eram essas as principais fontes do imaginário ocidental sobre os assírios.

As menções à Assíria pelos autores clássicos são tardias, mesmo entre os gregos, e, por vezes, inespecíficas, referindo-se a um território vagamente asiático. De certo modo, a belicosidade assíria prefigurou o espectro de uma Pérsia agressiva e invasora que, no século V a.C., assombraria as *poleis* gregas.⁸ A memória helênica da Assíria dissipou-se em uma visão mais presente e premente do “asiático”, do “oriental”, que continuava sendo, para os gregos, ameaça e fonte de terror.

Na Bíblia hebraica, a imagem da Assíria não é unívoca e serve, sobretudo, aos propósitos da narrativa metafórica e dos projetos políticos que procuravam — especialmente pela voz dos profetas — fortalecer posições ou sobreviver às ameaças externas (Weinfeld, 1986). A maior parte dos eventos assim evocados diz respeito ao domínio assírio na região siro-palestina durante o século VIII, entre os reinados de Tiglatpileser III e Sargão II. São os anos dramáticos que levam, em 721 a.C., ao aniquilamento do Reino do Norte, Israel, à destruição de sua capital Samaria e à deportação de parte substancial de sua população.

8 A quase inexistência de uma tradição narrativa persa — escrita ou imagética — sobre as conquistas e feitos de seus soberanos pode ter contribuído para que os gregos mobilizassem confusas imagens assírias e babilônicas na percepção da ameaça “oriental”. Não é demais lembrar que as inscrições e as imagens do rochedo de Behishtum são, apesar de sua fama, uma exceção, explicável pela necessidade de justificar a ascensão de Dario ao trono. BARJAMOVIC, 2012, p.46, n. 9.

No século XIX, o primeiro reforço à visão dessa Assíria guerreira veio das imagens. Foi grande o impacto dos relevos e dos monumentos assírios na reconstrução de uma história até então soterrada.⁹ Um repertório variado de motivos iconográficos diretamente associados às guerras era exibido na decoração palaciana: preparativos e acampamentos; cerco às muralhas, com uso de escadas, carros de carga e aríetes; ataques da infantaria e da cavalaria, de arqueiros e lanceiros; incêndio das cidades, saque dos campos, derrubada das árvores; butins, procissão de prisioneiros; torturas, empalamentos, degolas, desmembramento e esfolamento dos inimigos; montanhas de cabeças cortadas, corpos estirados pelas estradas e campos de batalha, boiando nos rios e despencando das muralhas; enfim, um inventário de horror e carnificina. A recepção desse material por estados europeus modernos em competição imperialista estimulou o imaginário guerreiro que cercava os antigos assírios (Bohrer, 1998; Holloway, 2002, p.9 e ss; Frahm, 2007).

Com o deciframento do cuneiforme e do acadiano assírio, verificou-se que os textos apontavam essencialmente na mesma direção das fontes visuais.¹⁰ De origem palaciana e parte do discurso ideológico régio, imagens e textos cristalizaram a ação guerreira como atributo maior de um soberano assírio em seu “palácio sem rival” (*ekal šanina la išû*), levando seu domínio aos “quatro cantos da terra” (*šar kibrat erbetti*), sob a égide da “arma de Assur” (*kakki ša ḏAššur*), segundo as expressões da época. Uma reencarnação, enfim, do antigo Sargão de Akkad em seu papel de “rei do combate” (*šar tamhari*). Assim, as apropriações dos antigos discursos e o aporte de novos dados, arqueológicos e epigráficos, consolidaram, já no século XIX, a visão do belicismo assírio, prolongada, em grande medida, pela historiografia mais recente.¹¹ Se uma tendência alternativa veio à luz, foi como tentativa de nuançar os exageros da grandiloquência

9 A concentração inicial das escavações nos palácios do norte mesopotâmico — Kalhu, Dur-sharrukin, Níneve — contribuiu decisivamente para equacionar, e mesmo confundir, com a Assíria os primeiros olhares modernos sobre a Mesopotâmia. LARSEN, 2001.

10 Para um balanço do *corpus* documental, cf. FALES, 2006.

11 Para um balanço crítico, FALES, 2010, p.52 e ss.

marcial das inscrições e dos anais oficiais a partir da análise de aspectos mais cotidianos da vida guerreira, presentes na vasta correspondência palaciana (Malbran-Labat, 1984). Outros destacaram os mecanismos administrativos, alguns inovadores, que marcaram a organização do território imperial (Pecirková, 1977; 1997; Villard, 2008). Todavia, a Assíria dos historiadores jamais se despiu de suas vestes guerreiras.

REALIDADES GUERREIRAS: IMPÉRIO FLÁCIDO E IMAGENS ELOQUENTES

A questão que se coloca é se seria possível ou necessário simplesmente abandonar essa visão belicista, relegando-a à categoria das máscaras ideológicas ou das derivas historiográficas. Não resta dúvida de que os assírios fizeram do discurso e da imagética de guerra um mecanismo de valorização de sua ação expansionista. Uma crítica ao viés ideológico das fontes é legítima e imprescindível. Seria, entretanto, um erro apostar em uma desconstrução radical, tão ao gosto de certa historiografia atual. A Assíria guerreira é uma dupla ficção, antiga e moderna, mas não deixa de ser também um aspecto inerente das realidades históricas do passado.

Recolocado nesses termos, o problema da belicosidade assíria requer uma explicação contextualizada, que a articule com a situação de disputas pelo poder no cenário mesopotâmico e com o movimento de expansão externa. A ênfase na guerra foi, em graus variados, uma constante na história mesopotâmica, mas assume um relevo maior no império neoassírio. Sem poder esgotar o problema, é possível elencar alguns fatores que auxiliem a entender o porquê dessa dimensão, em grande parte inédita.

O primeiro fator diz respeito à situação de concorrência acirrada no interior da Mesopotâmia. A tensão constante e os episódios de conflito aberto entre a Assíria e a Babilônia foram regra por toda a primeira metade do Iº milênio.¹² A Assíria obteve vantagem no primeiro momento. Desde o século IX, e por mais de um século e meio, a existência da Babilônia oscilou em função de um predomínio assírio que lhe deixava

12 Ver, em geral: BRINKMAN, 1979; GALTER, 2009.

ora uma autonomia maior, ora apenas uma condição de vassalagem. A cidade-reino de Marduk amargou uma sucessão de reis de origens diversas — caldeus, assírios, babilônios —, em geral de pulso fraco e vida curta. A incorporação efetiva da Babilônia ao império assírio por Tiglat-pileser III, em 728 a.C., consolidou a intenção de formar um bloco territorial interno, ao mesmo tempo que abria caminho para as incursões nas vizinhanças. Se, sob o reinado de Merodach-Baladan II (721-710), a Babilônia chegou a reivindicar a independência e a impor severos reverses aos assírios Sargão II e Senaqueribe, a situação que se segue estabiliza o domínio da Assíria. Estabilidade tênue, é verdade, pois as revoltas locais nunca cessaram. Numa delas, o vice-rei da Babilônia, Assur-nadin-shumi, filho do próprio Senaqueribe, foi deposto e entregue aos elamitas pelos revoltosos babilônicos. Sua execução dá ensejo à colérica vingança paternal do rei Assírio e à grande devastação da capital da Babilônia, em 689 a.C. O sucessor de Senaqueribe, Esarhaddon, percebeu, entretanto, que a Babilônia, poderosa demais e prestigiosa demais, não podia simplesmente ser aniquilada. Durante seu reinado, entre 690 e 669, adotou uma política de apaziguamento e previu uma sucessão baseada na solução de dois reinos, cujos tronos foram destinados, a partir de 668, a dois de seus filhos, Assurbanipal na Assíria, e Shamash-shumu-ukin na Babilônia. O parentesco que unia os irmãos não dissipou em nada as tensões: já no início, a avó de ambos — a influente rainha de Senaqueribe, Zakutu — articulou um tratado de fidelidade (*adê*) a Assurbanipal, jurado pelos seus irmãos; desde logo, ficava claro que a autonomia babilônica era mais aparente do que efetiva e encontrava seus limites nos desígnios da Assíria; dezesseis anos depois, Shamash-shumu-ukin levou os babilônios a uma grande rebelião, duramente debelada.¹³ O conflito com a Babilônia expõe, no entanto, as debilidades assírias. A balança penderá definitivamente alguns anos mais tarde, com o surgimento de nova dinastia na Babilônia, sob Nabopolassar (625-605). Parece bem evidente que, durante todo o

13 Esses dramáticos eventos dão ocasião a uma frenética atividade de consultas divinatórias, estudadas por CAMELO, 2010.

período de submissão, a Babilônia apenas visou à destruição do inimigo assírio e tudo fez para assumir o seu lugar. Nenhuma alternativa que implicasse real acomodação foi seriamente considerada e cada movimento babilônico constituiu — para retomar a feliz expressão de J. A. Brinkman (1984) sobre o período — um prelúdio ao império.

Enfraquecida e impotente, a Assíria viu a ascensão da nova senhora da Mesopotâmia. Em aliança com os medas, Babilônia destruiu sucessivamente os principais centros assírios: Assur, em 614; Níneve, aniquilada em 612; Harran, onde os assírios se entrincheiram em busca de sobrevivência política, conquistada em 610. Ao final dos embates, a Assíria desaparece do mapa político do Oriente-Próximo.

É temerário, portanto, dizer que a militarização da Babilônia foi menos enfática que a da Assíria, mesmo se o discurso régio babilônico tenha se despedido quase completamente das referências belicistas (Jursa, 2014, p.122). O processo de competição nos vales entre o Eufrates e o Tigre atingiu um nível que não admitia senão o domínio exclusivo e impulsionou um investimento bélico sem precedentes, de ambas as partes. O próprio resultado do processo, com a vitória babilônica, mostra que a Assíria não era a única “nação de guerreiros” naquele momento. A bipolaridade escondia uma irremediável tendência ao poder unitário, estimulando, de um lado e de outro, o potencial destrutivo fundado na lógica guerreira.

A geopolítica inter-regional foi igualmente afetada. Este é meu segundo ponto. No primeiro milênio, os limites de ação dos assírios foram sucessivamente alargados, extravasando as tradicionais fronteiras a que se limitavam os soberanos do período médio-assírio, em finais do segundo milênio (Tenu, 2009; Caramelo, 2011 para a expansão médio-assíria). Já em uma primeira fase, a partir do século IX a.C., os enfrentamentos se dão seja a nordeste, contra o Urartu, nas bordas do Mar Cáspio, e contra os maneus — portanto, combatendo unidades políticas porosas e dispersas, caracterizadas pelas articulações tribais dos povos montanheses na região dos Zagros —, seja a noroeste, na Transeufratiana, contra os reinos que se estabeleceram na antiga zona de dominação hitita, de estrato tanto arameu, como os (inadequadamente) chamados

neo-hititas, estendendo-se desde o alto curso do Eufrates até os Montes Tauros, passando pela Síria. O domínio nesta região preparava o caminho para avançar além dos Tauros e para a Cilícia. Desde cedo, porém, e sobretudo a partir de meados do século VIII a.C., o movimento de expansão apontava claramente em direção ao corredor siro-palestino, à costa levantina, abrindo uma nunca completamente explorada porta para o Mediterrâneo (que se limitará à tributação e vassalagem de alguns reis cipriotas), e, mais ambiciosamente, até mesmo para o Egito, no qual o domínio assírio foi efêmero e superficial, embora as incursões de Esarhaddon e Assurbanipal tenham contribuído para pôr fim à dinastia “estrangeira” kushita e, em aliança com alguns potentados do delta, estimular a fundação da nova dinastia saíta, com Neco e Psamético.

A amplitude geográfica não deve, todavia, induzir a uma visão equivocada da expansão assíria. Não se trata de um império espacialmente contínuo, formado pela sucessiva anexação de territórios que passariam, então, a ser administrados como parte de um todo mais ou menos homogêneo, em que a hierarquia básica seria representada pela oposição entre um centro e as províncias. Fosse este o caso, o aparato guerreiro seria essencialmente um instrumento de conquista. A partir da anexação, a periferia seria paulatinamente controlada por mecanismos mais administrativos. A força militar estaria sempre presente, mas transformada em uma garantia de manutenção da ordem local e de submissão ao rei assírio. Evidentemente, tudo isso também ocorreu no caso assírio, mas em grau bastante limitado. Alguns historiadores acreditam que esta situação foi apenas inicial, sendo alterada de modo consistente pela integração administrativa do império por Tiglat-pileser, a partir de 745 a.C. Parece-me, entretanto, um exagero. De fato, várias reformas visaram diminuir a autonomia da periferia, transformando antigos aliados e vassalos em verdadeiras províncias assírias, comandadas por governadores designados pelo rei; o recolhimento de tributos, a conscrição de tropas e os sistemas de pesos e medidas foram normatizados para maior eficácia; as deportações de populações intensificaram-se. Todos estes fatores, e alguns outros lembrados por Simo Parpola (2003), não parecem ter garantido, porém, a alteração decisiva da estrutura militarista imperial.

Além da heterogeneidade, a debilidade foi uma constante.¹⁴ Mesmo o centro não formava uma zona compacta e totalmente controlada. Essa planície de estepes pontuadas por colinas de baixa altitude, a Djezireh, tinha uma ocupação humana bastante dispersa e a unidade possível era mantida à força, pela presença de guarnições militares e pelo uso de uma rede de estradas controlada diretamente pelo palácio, complementada pela navegação fluvial. Em plena época de apogeu imperial e nas próprias regiões centrais, como Assur e Kalhu, a forte presença de populações aramaicas deportadas e as incursões de tribos árabes representavam obstáculos ao domínio assírio. Como era de se esperar, nas regiões mais periféricas, o controle era ainda mais tíbio e instável. Na Síria e no Levante,¹⁵ a autoridade assíria dependia enormemente de alianças com reinos locais que, embora vassalos, sempre tiveram grande autonomia e, por vezes, particularmente incitados pelo Egito, sacudiam o jugo. Ou, ao menos tentavam, antes de terminarem tragicamente, como no caso de Israel. O esquema funcionou de modo mais ou menos adequado com as cidades fenícias da costa e com alguns reinos do interior, como Edom. No mais, guarnições militares e algumas instalações administrativas procuravam garantir o essencial, ou seja, a continuidade do fluxo de tributos. As grandes rotas tiveram um papel fundamental, mas a preferência dos assírios pelos caminhos mais seguros que partiam do Eufrates e desciam pelo Orontes, passando por Aleppo, Damasco e o vale do Beqa'a, para atingir a Galileia, mostra que não se sentiam à vontade para frequentar a tradicional rota setentrional no deserto, entre o Habur e a Síria, passando por Tadmor (posteriormente Palmira), a não ser quando do deslocamento dos exércitos em plena campanha. Também aqui, as tribos árabes não deram trégua aos assírios. Por fim, todo o arco rochoso formado pelos Tauros e pelos Zagros delimitava uma zona arredia, povoada seja de populações montanhesas nômades seja de organizações mais complexas (embora, em geral, os assírios as

14 Para um resumo dos horizontes geográficos por que se estendia o domínio assírio, cf. FALES, 2010, p.162 e ss. O relato abaixo é baseado na tipologia de Fales.

15 O estudo recente mais detalhado para a região é: BAGG, 2011.

representassem homoganeamente como “reinos”, segundo suas próprias referências), e que tinham em comum a mais absoluta aversão às tentativas assírias de controle. Em geral, estas foram, aliás, infrutíferas e, exceto incursões sazonais nas zonas mais altas, acabavam por demonstrar que o piemonte e os vales intramontanos dotados de rotas eram um limite impositivo para as pretensões dos soberanos da Assíria;¹⁶ do mesmo modo, o domínio assírio sobre a transumância dos pastores, nem sempre amistosos, dependia quase totalmente da ocupação de cidades e aldeias, além da vigilância de rotas habituais, ou seja, de pontos fixos rarefeitos em um vasto espaço virtualmente incontrolável.¹⁷

As articulações regionais e inter-regionais devem ser analisadas à luz da situação política interna à própria Assíria, onde o poder monárquico enfrentou sérias resistências por parte da elite, seja dos nobres das sucessivas capitais e das principais cidades, seja dos governadores locais. A relação conflituosa entre as forças de centralização monárquica e as tendências centrífugas foi um dos fatores decisivos para a reprodução de um equilíbrio endógeno muito instável no momento mesmo dos avanços exteriores. Ainda que a oposição entre o rei e os altos dignitários seja objeto de debate, parece certo que a reforma administrativa de Tiglat-pileser constituiu, ao menos em parte, uma tentativa de “domesticação da aristocracia” (Demare-Lafont, 1998, p.611 e ss.). Não se pode dizer que o projeto de expansão não tenha arregimentado o empenho, por vezes entusiasmado, da elite assíria. Pelo contrário, parte essencial dela era de cepa palaciana e foi a beneficiária privilegiada dos frutos do império: o círculo de altos funcionários e membros da corte — ditos *rabânu / rabûte*, os “grandes” — atuou decisivamente na administração de terras exploradas por concessão régia, em alguns casos com isenções

16 As montanhas tiveram um papel essencial no imaginário assírio e na construção da imagem heroica do rei: as inscrições régias oferecem a tradução ideológica da concepção mitológica da montanha como um limite entre o cosmos e o caos, berço de toda sorte de ameaças e perigos; ver o ótimo estudo de Simonetta Ponchia, cf. PONCHIA, 2004; 2006, p.257 e ss para Assurbanipal.

17 GRECO, 2003, que aponta, todavia, um certo desenvolvimento econômico decorrente da expansão, beneficiando tanto os assírios como algumas regiões montanhosas.

de taxas, na coleta de impostos, e nas vantagens advindas da partilha dos butins e da mão-de-obra dos deportados, sem falar das eventuais dádivas dos soberanos (Matilla, 2000, p.137 e ss; Radner, 2011, p.359 e ss).¹⁸ A adesão não foi, contudo, nem imediata nem automática, como mostram os esforços régios no sentido de propagar a ideologia imperial entre os quadros palacianos. Em termos de potencial comunicativo e de eficácia da mensagem, as composições visuais no interior dos palácios parecem corresponder menos a uma propaganda generalizada voltada a aterrorizar e dissuadir os inimigos estrangeiros (ou aliados forçados) ou a garantir a submissão das populações conquistadas do que a uma persuasão dirigida a membros da própria elite palaciana assíria (Liverani, 2017, p.87 e ss). Persuasão que se traduziria por uma verdadeira sedução erótica, incitando ao engajamento no esforço de conquista guerreira por meio de uma ‘pornografia da violência’, como a rotulou Seth Richardson (2007, p.198).¹⁹

Também no domínio ideológico, é possível constatar sinais de inconsistência, e um problema fundamental, aqui, é o nível de compartilhamento da cultura de domínio imperial pelas elites metropolitanas e

18 Dois recentes volumes especificam as articulações de poder e os benefícios decorrentes da inclusão na estrutura palaciana por parte das mulheres da elite assíria: MACGREGOR, 2012 e SVÄRD, 2015.

19 Esta orientação interna e centrípeta da “propaganda” foi, contudo, largamente negligenciada pela maior parte das primeiras abordagens do tema; ver, por exemplo, READE, 1979. Mais recentemente, ver as interessantes análises de BAHRANI, 2008, p.219 e ss. Uma intenção pedagógica, formadora de um *ethos* de elite, não é necessariamente contrária à sugestão de Mehmet-Ali Ataç de que imagens destinadas a serem visualizadas quase exclusivamente pelo soberano, como o Banquete no Jardim, fossem uma fonte de reflexão sobre a própria realeza, sobre seus potenciais excessos e, inclusive, sobre suas fragilidades no âmbito de um império que já mostrava sinais dos limites de sua expansão, cf. ATAÇ, 2012. A situação é, em todo caso, bastante complexa e varia segundo os tipos de suportes e os contextos de sua circulação. Barbara N. Porter defende, por exemplo, que parte considerável dos anais e dos baixos-relevos tinha como audiência prioritária uma restrita elite palaciana e templária, enquanto outras manifestações — desde monólitos erguidos em regiões recém-conquistadas até os painéis em salas do palácio com maior fluxo, como a sala do trono de Assurnasirpal — destinavam-se a ter um impacto propagandístico mais amplo; o mecanismo de funcionamento nem sempre se lastreava, porém, na exibição conspícua da violência, mas em uma alternância entre intimação e persuasão amical regulada em função da situação; cf. PORTER, 2000; 2003.

provinciais. Como diz Michael Mann, ao lado dos mecanismos de clientela, do controle armado direto e da cooperação material compulsória, a crença em um conjunto comum de noções de governança é ingrediente essencial da política imperial. Tratando do caso neoassírio, Mann sugere que, diferentemente da tônica dos impérios precedentes, ocorreu na Assíria do Iº milênio, de modo bastante inovador, o aparecimento de uma espécie de “nacionalismo”, que não se caracterizava, entretanto, por ser uma ideologia transversal, encampada por toda a “nação” (o próprio conceito seria anacrônico), mas por penetrar e vincular a elite política. Neste sentido, a religião assíria — e o autor lembra que o que chamamos assim é, sobretudo, uma dimensão estatal da religião — teve um importante papel. Essa “moral de classe governante” limitar-se-ia, porém, ao núcleo imperial, contribuindo para definir uma oposição excludente em relação às camadas dominantes da periferia (Mann, 1986, p.231 e ss). Seguindo a mesma linha de raciocínio, Peter R. Bedford pensa, contudo, que a abrangência da ideologia imperial teria sido mais ampla e que a cooptação das elites locais através do clientelismo ou da imposição terminou por incluí-las em uma cultura imperial de governo. Para Bedford, é preciso fazer uma distinção: é possível que as elites periféricas tenham sido mantidas à margem de uma identidade nacional ou étnica assíria, mas isto não impediria sua integração em uma identidade imperial. Este seria o modo propriamente assírio de incluir as elites estrangeiras em seu universo simbólico, em sua visão de mundo (Bedford, 2009, p.59 e ss). Muito possivelmente, a explicação para essa ambiguidade reside no fato de que a Assíria experimentou, em seus contatos com as demais populações do império, um processo apenas parcial e inacabado de cosmopolitismo cultural entre as elites: para Seth Richardson, na ausência de uma mapa etnográfico mental bem estabelecido, o projeto expansionista não se fundou em um esforço sistemático de aculturação e tampouco se colocava claramente a questão das diferenças identitárias; neste quadro de flexibilidade dos marcadores étnicos, linguísticos, de estilos, modos de vestir ou práticas religiosas, o elemento definidor do status da elite, central ou periférica, foi a fidelidade em relação ao soberano, manifesta nas diversas formas de “confidência” (documentadas

nas variantes nominais do verbo *rahâsum*); a mesma vinculação, estabelecida caso a caso entre o rei e a multiplicidade de elites, constituía o motor das competições, emulações e concorrências entre os membros destas camadas superiores da sociedade; por fim, é claro, era também a situação de confiança junto ao monarca que posicionava as elites diante das camadas subalternas, daí a fidelidade ser exposta conspicuamente, demonstrada com ostentação (Richardson, 2016). Os termos, aqui, são sensivelmente diferentes daqueles que nortearam o debate sobre a “assirianização” das zonas periféricas. Em geral, a “assirianização” suporia um processo bem mais abrangente, incluindo uniformizações jurídicas, fiscais, de sistemas de pesos e medidas e de calendário, o uso do aramaico como língua franca (o que sugere uma concessão bastante pragmática dos assírios, evitando as complicações de uma imposição forçada da língua assíria e da escrita cuneiforme), o compartilhamento de elementos religiosos e ideológicos etc. Tratar-se-ia do resultado de uma vontade sistemática de cooptação e de imposição por parte dos assírios que, embora seja frequentemente sugerida por diversos autores, não parece encontrar respaldo na realidade.²⁰ O alinhamento das elites locais às novas condições impostas pelo avanço assírio foi, sobretudo, uma reação de conveniência política e uma busca de sobrevivência como camada privilegiada.

Uma das decorrências possíveis desse modo particular de operar os mecanismos de submissão talvez tenha sido a pouca importância da distinção entre um território interno e outro externo: os laços de dependência foram gestados e reproduzidos sobretudo através de relações individualizadas entre todos os membros do império e o rei, expressas em juramentos de fidelidade que não faziam uma diferença substancial entre governadores, sacerdotes ou guerreiros assírios, de um lado, e governantes estrangeiros ou líderes tribais, de outro (Barjamovic, 2012, p.53). Tem razão Bradley Parker (2002, p.375) ao afirmar que, nesse quadro, “a fronteira se transforma de uma linha estática de exclusão em uma zona dinâmica de interação”. Além disso, as configurações eram muito

20 Quanto a esse tema, adiro, *grosso modo*, à opinião de BAGG, 2013.

voláteis e a relação com uma mesma região poderia alterar-se substancialmente ao longo do tempo, sobretudo se consideramos que os entes subordinados não são simples polos passivos da equação, mas atuam no sentido de obter a melhor posição possível num jogo de pressões de vários atores mais poderosos: exemplo disso são as diversas unidades políticas que se fixaram na região do Tabal, no sudeste da Anatólia, nos séculos seguintes à derrocada do Império Hitita, e que procuraram claramente equilibrar-se face aos avanços e recuos da Assíria, do Urartu e do reino da Frígia. Entre os séculos IX e VII, as ações da Assíria no Tabal conheceram várias formas: agressão e pilhagem; estabelecimento de uma relação negociada de clientela, com pagamento de tributos; transformação em província diretamente administrada. Uma trajetória que foi pontuada por defecções, traições e rebeliões, das quais os anais de Sargão II fornecem uma vívida amostra.²¹ Em geral, para retornar a Parker, na região do Alto Tigre, as interações com as realidades políticas, geográficas e culturais das terras altas anatólicas compunham uma “zona de fronteira multifacetada” ou, melhor ainda, uma “série de zonas de fronteira sobrepostas” (Parker, 2002, p.392). Em sentido contrário, o mesmo fenômeno ocorria: as elites políticas locais ajustavam suas relações internas em função dos reposicionamentos no cenário externo. Muitos elementos que, a princípio, indicariam um reforço na autonomia da monarquia (como listas genealógicas reais ou estatuária monumental) serviram, na verdade, como dispositivos de resistência cultural, permitindo posicionar-se de modo mais vantajoso face a um invasor que não podia ser detido pelas armas e, ao mesmo tempo, proporcionaram um discurso a uma elite que necessitava manter o domínio sobre a população interna, em um momento de maior arrocho, decorrente do dever de pagar tributos à Assíria.²²

21 Para as relações cambiantes entre a Assíria e o Tabal, cf. MELVILLE, 2010. Especificamente para o reinado de Sargão, ver MELVILLE, 2016, p.143 e ss.

22 *Grosso modo*, é o quadro, na mesma região do Tabal, do pequeno reino de Gurgum. A análise de Lynn Swartz Dodd, que detalhou este caso, tem o grande mérito de mapear as mutações a partir do ponto de vista dos vassallos assírios, cf. DODD, 2013.

Certo é que, nas práticas e nas representações, o sistema tinha fissuras importantes. Assim, a fricção no coração da política assíria pode ser considerada o nível mais elementar de vulnerabilidade estrutural do império, somente parcialmente compensada pelas conquistas.

A síntese que se depreende desse quadro sugere um modelo de imperialismo em larga medida alternativo às visões mais tradicionais, que padecem de certo anacronismo:²³ ao invés de um bloco compacto de hegemonia, territorialmente contínuo, criado e alargado por anexações sucessivas, o que se vê é uma paisagem fragmentada, articulada através de linhas de ligação e de núcleos espalhados pela periferia e povoada de zonas porosas. Em outros termos, um imperialismo organizado em rede (“*network imperialism*”). À capital do reino e seus arredores, acrescentam-se zonas intermediárias inteiras que não estão submetidas ao comando assírio; são interstícios da rede, que o palácio central procura manter sob monitoramento, mas aos quais não consegue impor um mando regular e efetivo. Para além do coração imperial, a periferia é composta por uma enorme diversidade, com suas províncias remotas, geridas por governadores (*bel pahete*), assírios ou autóctones, diretamente indicados pelo rei, e sua considerável quantidade de reinos vasalvos, assessorados — melhor dizer supervisionados — pelos delegados (*qepu*) do rei assírio.²⁴ Mais longe ainda, nas fronteiras da periferia, estados tampões autônomos são tolerados seja porque se situam em limites em que o poder de alcance assírio já é débil e o investimento de conquista seria desproporcional aos benefícios, seja porque cumprem um papel de obstáculo de proteção contra inimigos ainda mais longínquos. Casos típicos desses “*buffer states*” são os pequenos reinos de Shubria, Kumme, Ukku, Musasir e outros (em grande parte de estrato étnico e linguístico hurrita), que separam a Assíria do poderoso reino

23 Para o que segue, ver: BERNBECK, 2010; PARKER, 2001, sobretudo cap. 6. A nova abordagem já havia sido antecipada por LIVERANI, 1988. Para uma apreciação do estado atual do debate, ver LIVERANI, 2017, p.1 e ss.

24 A dualidade que surge na nomenclatura imperial em fins do século IX a.C. opondo a ‘*terra de Assur*’ e o ‘*jugo de Assur*’ corresponde bem a tal situação, embora simplificando-a. POSTGATE, 1992.

de Urartu a nordeste, situados às portas da larga passagem entre os lagos Van e Urmia.²⁵ Grosso modo, o mesmo ocorre com zonas de interstício que, não sendo dotadas de estrutura estatal, apresentam-se como vazios relativamente neutros, conferindo sensação de segurança às entidades políticas que separam.

Nesse contexto, as rotas que interligam o centro aos nós da rede — algumas consideradas como estradas reais (*hul šarri*), — permitem, sob proteção de guarnições, a movimentação de tropas, bens, populações expatriadas, mensageiros e toda sorte de viajantes.²⁶ É significativo que, além da coleta de taxas, do gerenciamento das terras, da obtenção de matérias-primas e da realização de obras, uma das principais funções dos governadores locais é garantir o armazenamento de grãos e forragens para alimentar os homens e os animais que compõem as forças militares de um império em constante deslocamento.²⁷ É uma mobilidade predominantemente terrestre, mas a expansão assíria explorará de modo inédito os rios como via de transporte e, com a conquista de grande parte da costa levantina, mesmo o mar, antes praticamente ausente na história mesopotâmica, passará a compor a logística do império (Fantalkin; Tal, 2015). As redes de comunicação, materializadas pela frenética circulação de correspondência régia, adquirem importância crucial, assegurando o fluxo de ordens e informações entre a capital e as demais regiões do império e vice-versa.²⁸ No mais completo estudo sobre os deslocamentos no interior do império assírio, Sabrina Favaro expõe detalhadamente essa situação que, ao fim e ao cabo, “não cria uma extensão geográfica e territorial uniforme, contínua e coerente, mas

25 Ver o detalhado estudo de RADNER, 2012.

26 A malha de estradas assírias prefigurou as vias de deslocamento importantes para o avanço persa para ocidente, dois séculos mais tarde, BRIANT, 2012, p.186, e seguiu sendo operacional por todo período pré-islâmico e mesmo além, SILVERSTEIN, 2007, p.12 e ss.

27 Para esse papel dos governadores, ver: KEREEKES, 2011, p.106-108.

28 Ver RADNER, 2014. A essa correspondência externa, soma-se uma considerável troca de cartas no interior da própria corte, entre a elite dos servidores e o soberano; para uma tipologia, cf. RADNER, 2015.

uma expansão que se realiza sobre o território de maneira descontínua e fragmentada” (Favaro, 2007, p.95).

Para o que mais nos interessa aqui, uma implicação maior desse modelo é o incremento do aparato militar como mecanismo de poder e gestão imperial. A guerra excedeu em muito a função de instrumento de conquista e manutenção da ordem externa, transformando-se em uma ferramenta de administração continuada. Como aponta Bernbeck, “se um império territorial funciona através de um dispositivo administrativo de poder, no caso dos impérios em rede, o dispositivo militar prevalece” (Bernbeck, 2010, p.156). A brutalidade das ações assírias, assim como de suas representações, decorre, portanto, da natureza mesma do sistema imperial. A intervenção guerreira sistemática, a destruição como forma corriqueira de regulação dos conflitos, particularmente no caso de insubordinação e rebeliões, e a militarização das relações políticas, interna e externamente, tudo emerge em um quadro de ausência ou debilidade de outros mecanismos imperiais de controle.²⁹ De certo modo, no caso assírio, a guerra é o império.

O modelo imperial assírio, lastreando-se na belicosidade extremada e na violência permanente, não é, portanto, resultado de um traço de caráter ou de uma natureza étnica. É a resposta histórica às novas condições estruturais que emergiram com o fim da Idade do Bronze. No primeiro milênio, o paulatino avanço na utilização do ferro na fabricação das armas e do aparato militar em geral operou uma sensível mudança no controle do exercício do terror (Meyer, 2006). O quase monopólio palaciano do bronze que vigorara no IIº milênio, assentado no acesso restrito às fontes de cobre e estanho, distantes da Mesopotâmia, e no domínio limitado do processo de produção da liga, cedeu lugar a uma pulverização da metalurgia, permitindo o ingresso mais sistemático no universo da metalurgia tanto de grupos extra-palacianos como de reinos

29 Mesmo algumas sínteses tradicionais notam que o essencial da gestão imperial permaneceu atrelada aos exércitos e que os militares ocuparam simultaneamente os principais postos administrativos; é o caso de GRAYSON, 1995, p.963, que não chega, porém, a formular, a partir desses elementos, uma conceitualização sobre a natureza do expansionismo assírio.

mais modestos. As grandes potências, como a Assíria e a Babilônia, já não podiam assentar seu poderio no uso mais exclusivo do aparato metálico. A emergência dos novos reinos no Levante, decorrente do refluxo das potências tradicionais, fundou-se largamente no uso do ferro para fins militares (Liverani, 2005a, p.50 e ss). Quando os centros expansionistas mesopotâmicos retomaram as rédeas do processo, uma nova lógica se impôs e a guerra passou a ser o principal instrumento de domínio imperial. Tanto a Assíria quanto a Babilônia conseguiram canalizar em seu benefício a nova metalurgia: basta lembrar o papel do ferro na crescente importância da infantaria e da cavalaria, em detrimento da batalha centrada em carros de guerra, própria do IIº milênio (Fales, 2010, p.104). Nesse quadro, o intumescimento das referências bélicas — nos textos e nas imagens — foi parte integrante do movimento e não apenas um seu reflexo secundário,³⁰ e buscava conferir consistência discursiva a um domínio flácido e cimentar a identidade da elite guerreira em torno de um projeto imperial.

GUERRA SAGRADA, IMAGEM RITUAL E VIOLÊNCIA SACRIFICIAL

Com isso, podemos retornar à cabeça decepada de Teumman.

Frequentemente, as abordagens dos relevos neoassírios limitaram-se a tomá-los como base documental para uma reconstituição factual dos conflitos. Nesta perspectiva, as imagens são avaliadas como narrativas de eventos, aproximando-se ou afastando-se da realidade em função de uma menor ou maior intervenção da manipulação ideológica a que foram submetidas quando de sua criação.³¹ É, porém, uma abordagem empobrecedora, que reproduz, para as fontes iconográficas, um método já

30 A superação de uma abordagem que relegava a imagem à categoria de subproduto reflexivo do processo social tem sido buscada por alguns trabalhos, cf. PORTER, 1993.

31 A decepção decorrente da procura de uma cadeia de eventos foi, em grande parte, responsável pela ideia de que faltava à “arte” assíria potencial narrativo, cf. REED, 2007, p.102, n.3.

reconhecidamente limitado para documentos escritos. Evidentemente, um adequado uso heurístico das imagens pode contribuir para consolidar a coleta de informações sobre aspectos mais concretos da guerra, dos armamentos às táticas de batalha,³² mas a evidência pictográfica não deve ser tomada pelo seu valor de face, pois a construção discursiva opera já no nível da seleção e dos modos de apresentação dos eventos figurados (Fuchs, 2011, p.385). No nível interpretativo, portanto, a análise pode avançar mais. Zainab Bahrani tem argumentado contra o que considera uma visão errônea sobre a própria natureza da imagem assíria (e, mais genericamente, mesopotâmica), que cria obstáculos consideráveis para a sua apreciação histórica: para reter o essencial, no centro da argumentação de Bahrani, encontra-se o questionamento da aplicação automática da noção de representação, fundada na aparência formal, à imagem mesopotâmica; para a autora, a imagem constitui uma presença essencial e imanente, que não pode ser captada pelos conceitos de representação mimética que lastrearam a tradição ocidental da história da arte. Assim concebida, a imagem assume um potencial de performance (inclusive ritual, como veremos), indispensável para o correto entendimento de seu papel social (Bahrani, 2003, especialmente cap. 5).³³

A análise de Bahrani sobre a iconografia de Teumman oferece alguns elementos interessantes.³⁴ A centralidade da cabeça decepada do rei elamita desloca para um segundo plano a narrativa dos eventos propriamente dita: o encadeamento factual deixa de ser o fio condutor da apreciação dos diversos painéis, o que vale igualmente para os textos que

32 Vejam-se, por exemplo, os ótimos trabalhos de NADALI, 2010; 2005.

33 Ver, no mesmo sentido, as formulações teóricas de BELTING, 1994. Uma tese doutoral recém-defendida na Universidade Nova de Lisboa desenvolveu uma ampla análise de questões aqui tratadas: PAIVA DO MONTE, 2016, p. 25 e ss e 116 ss sobre o estatuto ontológico da imagem na Mesopotâmia e as noções de presença e agência; p. 245 e ss para a dimensão performativa do ritual e p. 71 e ss para a iconografia de Teumman. O texto me foi comunicado gentilmente pelo autor quando este artigo já havia sido submetido à publicação, o que impediu uma assimilação mais plena de seus resultados.

34 Para o que segue, BAHRANI, 2008, cap. 1; 2005, 115-119.

tratam do mesmo tema.³⁵ Como uma espécie de “*signo-mensagem*”, portador de sentido e condutor da expressão visual, a cabeça de Teumman não se reduz a uma exortação das atrocidades ou a uma demonstração ostensiva do poderio assírio sobre os demais povos. Mais poderosamente, ela vetoriza um sentido ritual, na forma do cumprimento de um oráculo anterior à decapitação e mencionado nos textos, sinalizando a consumação de um decreto divino. Nas inscrições, Ishstar de Arbela, Assur, Marduk e seu filho Nabu aparecem entre as divindades que, em diferentes momentos, incitam à punição ou recebem em oferenda a cabeça do rei elamita. Não se trata, porém, ao menos não prioritariamente, de simples artifício de exibição, embora este aspecto também esteja presente: separada de seu corpo, a cabeça é pendurada conspicuamente na porta da cidade de Níneve. As composições, textuais e iconográficas, salientam o ato ritual, a performance na qual a cabeça decepada é um elemento “*que faz as coisas acontecerem*”, como todo item que prima por sua função de evocação mágica e apotropaica.³⁶ Assim como as palavras ritualisticamente repetidas, as imagens não se limitam a figurar ou descrever. Para além da estrita representação, elas atuam, intervêm, são presenças eficazes, afirma Bahrani. É esta repetição, através da profusão (aparentemente) redundante de formas, que faz o objeto visual exercer um fascínio gerador: como nos encantamentos, a multiplicação formular induz a um movimento constante e causador de efeitos, tanto nos oficiantes como na audiência. Esse fenômeno, tão bem conhecido e estudado no nível das fórmulas verbais,³⁷ também se reproduz através dos dispositivos visuais.

35 O encadeamento factual, porém, não desaparece. Analisando a mesma série de relevos e textos, Chikako Watanabe preferiu salientar o “estilo contínuo”, o efeito de sucessão temporal e espacial dos diversos painéis, que forneceria, inclusive, um sentido exato de leitura das imagens a partir da sequência de episódios, cf. WATANABE, 2005.

36 Do mesmo modo que a imagem do rei, revestida de eficácia ritual em diversas situações, WINTER, 1992. Ver, porém, as reservas de Seth Richardson sobre o caráter ritual das imagens aqui tratadas e de suas relações com os oráculos sobre as batalhas, cf. RICHARDSON, 2007, p.199.

37 Essa característica dos ritos orais está, igualmente, presente nas inscrições reais, cujos elementos mágicos foram ressaltados por ÁRVAI, 2014, p.489 e ss.

O aspecto ritual da imagem da cabeça decepada de Teumman também foi salientado por Dominik Bonatz.³⁸ A extirpação corporal implicada pela caça às cabeças opera uma transformação da ação e de seu campo semântico, deslocando-os da exibição de um troféu de vitória para um ato sacrificial. Não se trata, no caso específico da cabeça pendurada do rei elamita, de uma demonstração genérica de brutalidade através do acúmulo de mutilações, no mais tão comum no restante da imagética neoassíria, mas de um ato singular, com potencial ritual igualmente determinado. Bonatz chama a atenção para os paralelos entre as libações sobre o corpo do leão caçado, nos relevos do mesmo Assurbanipal, e a aspersão de vinho sobre as cabeças de Teumman e de seus aliados, tratamento aliás absolutamente excepcional quando se trata de despojos humanos. O autor não deixa de atentar também para a natureza religiosa da consagração da cabeça decepada do rei aos deuses, o que aproxima nosso episódio da passagem em que Gilgamesh e Enkidu levam para Nippur, cidade sagrada por excelência, a cabeça de Humbaba, o guardião da floresta de cedros, por eles abatido em um fragoroso combate.³⁹ De modo mais geral, o desmembramento dos corpos dos inimigos dizimados pelo herói é tema recorrente nas narrativas mitológicas. No *Lugal.e*, o deus Ninurta fragmenta impiedosamente o corpo do demônio Asakku: “ele esmaga Asakku como o trigo torrado, emascula-o e fá-lo em pedaços, como montes de tijolos”.⁴⁰ No *Enuma*

38 Para BONATZ, 2005, entretanto, a ritualização promovida por Assurbanipal procurava conferir ao ato singular (a decapitação de Teumman) a legitimação de uma tradição, na verdade inexistente, de decapitação dos reis inimigos (mesmo se casos isolados ocorreram: como o de Esarhaddon, pai de Assurbanipal, que ordenou cortar as cabeças dos reis de Sidon e de Kundu, ambas levadas a Níneve). *Contra*: MAY, 2012, p.471, n.18. May prefere inserir o caso de Teumman em uma tradição ritual bem estabelecida. Uma possível excepcionalidade do caso de Teumman não afasta, a meu ver, a dimensão ritual do ato que, no mais, evoca paradigmas mitológicos amplamente conhecidos, como aponta o próprio Bonatz e como veremos na sequência.

39 *Epopéia de Gilgamesh*, Tablete V, 300 e ss; da versão standard. cf. GEORGE, 2003 p.615.

40 *Lugal.e* (também conhecido como *Ninurta e as Pedras*), l. 294 e ss. Tradução em BOTTÉRO; KRAMER, 1989, p.351. De igual modo, o esmigalhamento será o destino das Pedras da montanha que formavam a armada de Asakku. O caso de Ninurta é particularmente relevante, pois é ele, não Assur, o deus da primeira nova capital real, Kalhu, cf. ANNUS, 2002, p.42 e ss.

eliš, a grande epopeia de ascensão de Marduk, o desmembramento do corpo de Tiamat está na origem mesma da ação cosmogônica do deus babilônico: após ter abatido a grande divindade primordial do mar de águas salgadas, Marduk “contemplou o cadáver de Tiamat, a fim de dividir astutamente aquela massa, ele partiu-a em dois, como um peixe seco” e das partes do corpo criou todo o ordenamento;⁴¹ na sequência, a sangria de Qingu, amante e líder de tropas de Tiamat, fornecerá o sangue para a criação da humanidade.⁴²

Assim, as narrativas visuais e textuais assírias sobre o desmembramento dos corpos atualizam, em uma chave ‘histórica’ (isto é, factual), os tratamentos dispensados aos inimigos nos embates mitológicos, permitindo que os reis inscrevam-se no processo cósmico de criação da ordem e combate ao mal (De Backer, 2010), traduzindo-o ritualmente num patamar espaço-temporal terreno.⁴³ Além disso, o ato consuma uma transformação que apenas o ritual pode proporcionar: como observou Jean-Jacques Glassner, “uma vez que ele é morto e decapitado, as forças vitais e hostis do inimigo se metamorfoseiam em forças propiciatórias” (Glassner, 2006, p.50), passando a servir de escudo protetor do próprio deus vitorioso ou como matéria-prima da criação.

Como o caráter geral se reproduz em cada um de seus componentes, não é demais acrescentar que o significativo momento do triunfo e suas figurações compartilham da mesma dimensão ritual. A parada triunfante do rei, que se segue ao recebimento de butins e prisioneiros, sua entrada vitoriosa pelas portas da cidade ou do acampamento é nomeada pela mesma expressão que designa a entrada do deus durante o festival do *Akîtu*, a comemoração do novo ano: *erab ali* (‘entrada na cidade’). Como notou Natalie May, a apreciação do conjunto dos programas decorativos

41 *Enuma eliš*, Tablete IV, 136 e ss. A mais recente completa edição é a de LAMBERT, 2013, p.95. Comentários sobre a criação do universo, p.169 e ss. O desmembramento de Tiamat é seguido da sangria de seu amante e líder de tropas, Qingu, cujo sangue servirá à criação da humanidade (VI, 29 e ss).

42 *Enuma eliš*, VI, 29 e ss.

43 Para Nadali, este é um princípio geral da iconografia assíria, cujos “módulos narrativos (...) circunscrevem o espaço da ação e humanizam o tempo” (NADALI, 2006, p.296).

dos relevos palacianos estabelece um claro encadeamento entre caçadas rituais, libações (sobre leões e cabeças cortadas), triunfo e banquete real (May, 2012). No interior do palácio, a figuração do triunfo e de suas etapas rituais transforma-o em uma memória que não é apenas depositária da lembrança do passado, mas também, nas palavras de Davide Nadali, uma dimensão projetada para o futuro (Nadali, 2013, p.90).

A presença dos demônios nos relevos é outro aspecto a ser lembrado.⁴⁴ Seres em geral híbridos (*Mischwesen*), representados em composições de partes de animais ou em misturas entre corpos humanos e animais, eles povoam o imaginário mesopotâmico evocando forças desconhecidas e incontroláveis, responsáveis por males, mas também por boas ações. Além dos colossos guardiães das entradas,⁴⁵ nos relevos que revestiam as paredes dos palácios assírios, as figuras demoníacas apareciam seja isoladamente em grandes painéis, sobretudo das portas internas, seja em discretas inserções em meio às cenas de guerra. Uma evolução no repertório faz com que o quase monopólio do sábio-*apkallu* no século IX de Assurnasirpal II ceda lugar, a partir de Sargão II, a uma maior diversidade. Nos palácios do século VII, de Senaqueribe e Assurbanipal, os artesãos buscam inspiração em uma fonte que nos interessa particularmente: as figurações dos demônios reproduzem as criaturas que Tiamat traz à vida para formar suas tropas e combater os deuses. Dos onze demônios nomeados no *Enuma eliš* (I, 133-142; II, 20-29), seis são atestados nos relevos: o *kullulu* (o homem-peixe); o *lahmu* (o herói com seis cachos no cabelo); o *mušhuššu* (o dragão-serpente); o *girtablilu* (o homem-escorpião); o *ugallu* (o demônio leão) e o *uridimmu* (o homem-leão). Em minha opinião, a presença da prole de Tiamat na imagética dos palácios opera em uma zona de ambiguidade, sugerindo que as forças adversas existem e podem ser encarnadas pelos

44 Para o que segue, ATAÇ, 2010, p.172-189.

45 Curiosamente ausentes no palácio norte de Assurbanipal. Parece, assim, que o planejamento decorativo do soberano se afasta daquele dos palácios de seus antecessores, dotados de colossos: na própria Níveve (palácio sudoeste de Senaqueribe), em Dur-sharruqin (novo palácio de Sargão II) e em Kalhu (palácio de Assurnasirpal II e dois colossos de seu filho, Salmanasar III, descobertos fora de contexto arquitetônico identificável); cf. RUSSELL, 1999, p.155.

inimigos do reino, mas também que o soberano, uma vez vitorioso, é capaz de submetê-las e tomá-las em seu benefício, do mesmo modo que põe os elamitas a serviço da Assíria. É significativo que os artesãos de Senaqueribe e Assurbanipal tenham cuidadosamente evitado a presença em uma única cena do rei e de um demônio, ao mesmo tempo que substituíram os demônios pelo rei como oficiante dos rituais.⁴⁶ De um lado, buscaram afastar o monarca de uma contaminação pelo potencial negativo que carregavam essas figuras ambivalentes, benfeitoras e malfeitoras. De outro, dotavam o líder guerreiro de capacidades mágicas antes reservadas aos seres sobre-humanos.

Tais considerações nos remetem à natureza sagrada da guerra. É preciso, no entanto, certo cuidado ao evocar a noção. Não há muita novidade em lembrar que, na Assíria, como é o caso da Mesopotâmia em geral, a guerra foi legitimada pelo discurso religioso.⁴⁷ Este traço de mentalidade não se limita, porém, à simples justificação. Como dito acima, a ação mundana do rei prolonga a vontade dos deuses na Terra, reitera o embate mítico entre ordem e caos, fazendo da guerra a perfeita tradução, em seu cenário humano, dos planos divinos, mais universais, mais ancestrais e mais abstratos.⁴⁸ A concepção binária (Fales, 2010, p.82 e ss) entre o bem e o mal, entre os espaços civilizados, isto é, controlados, e a natureza hostil e selvagem, entre a identidade assíria e a alteridade do estrangeiro (distâncias e diferenças que os assírios rotulam genericamente de *nakru*), entre piedade e temor aos deuses

46 ORNAN, 2005 vê o processo como uma diminuição da presença dos demônios, como seres benévolos, na iconografia sargônida, em favor da imagem do rei. É uma interpretação possível, mas não dá conta da ambiguidade e da dimensão conflitiva desses seres híbridos, realçada pelo cenário bélico dos relevos (e de sua vinculação com Tiamat e a mitologia de Marduk, mais do que nunca sendo absorvida pelos assírios nesse momento, como bem percebeu ATAÇ, 2010, p.178 e ss); daí minha conclusão se distanciar das de Ornan.

47 Um inventário detalhado é fornecido pela obra clássica de ODED, 1992. Liverani acrescenta que “a intenção básica do paradigma da ‘guerra santa’ é convencer o público interno de que ‘nossa’ guerra é apoiada pelos deuses, que nosso exército é superior ao do inimigo, que não sofrerá desastres, e que o inimigo será punido por seu ‘pecado original’ de ser um inimigo (isto é, por resistir ao poder imperial e divino)” (LIVERANI, 2005b, p.233 e 2017, p.33 e ss).

48 Para as implicações bélicas da cosmologia assíria, ver: CROUCH, 2009, p.21 e ss.

e o comportamento ímpio, esta concepção binária, dizíamos, é que se repete no campo de batalha, na oposição entre o rei heroico e seu inimigo sacrílego. A atribuição maior do soberano — uma obrigação ética e não apenas seu direito político — é de levar a ordem reinante nos domínios de Assur ao caos circundante (Liverani, 2011, p.263). A guerra é a continuação da religião por outros meios, se quisermos parodiar Clausewitz. Contudo, e aqui reside uma diferença fundamental, a “guerra santa” na versão assíria foi desprovida da prescrição forçada de adoração a um deus ou da adoção obrigatória de um panteão; dispensou também a imposição de um culto religioso específico.⁴⁹ As oferendas sacrificiais ao deus Assur — e a outros deuses assírios — pelas populações submetidas implicam o reconhecimento da superioridade das divindades dos vencedores, mas não se traduzem em adoração imposta ou em interdição aos cultos dos deuses locais. Muitas manifestações dos vencidos reconhecem, aliás, essa dinâmica bivalente que permitiu, por exemplo, a continuidade do culto de Yahweh em Israel.⁵⁰ Outrossim, as demonstrações de reverência a Assur são articuladas àquelas devotadas ao próprio rei (*palah ili u šarri* = ‘temor ao deus e ao rei’) e sinalizam mais um reconhecimento da soberania do monarca assírio — de cujo poder o deus é, nas palavras de Liverani, uma hipóstase (Liverani, 1979, p.301) — e menos uma adesão propriamente religiosa.⁵¹

A experiência religiosa assíria não foi caracterizada, ao menos não suficientemente, por fatores essenciais para outras experiências que trilham o caminho da imposição religiosa ou da eliminação das demais crenças: a interiorização da fé; a ideia de distinção radical entre deuses verdadeiros e falsos;⁵² a constituição de um conjunto obsessivo de dogmas de comportamento de valor moral, em geral postos por escrito

49 FALES, 2010, p.16 e ss. A constatação é particularmente válida em relação à arquirrival Babilônia, FRAME, 1997.

50 Ver: 2, Reis, 17, 25 e ss. COGAN, 1974, p.107 chega a falar em ‘*liberal Assyrian religious policies*’.

51 Para um panorama, considerando a historiografia anterior, ver HOLLOWAY, 2002, p.65 e ss.

52 A chamada ‘distinção mosaica’, que é a pedra angular da religião monoteísta de Israel e da violência que é inerente ao seu processo de instauração, segundo ASSMANN, 1998; 2010.

etc. Permanecendo nos patamares de uma religião de tipo cerimonial, centrada na figura do soberano, e à qual faltava uma moralidade ética subjetiva, a sacralidade da guerra assíria não evoluiu para uma guerra de defesa e prescrição da verdade de uma forma particular do sagrado.⁵³

É no universo de uma guerra concebida como ato cerimonial que a série de imagens com a cabeça decepada de Teumman ganha pleno sentido: não se trata apenas de um ciclo temático que privilegia as cenas rituais no âmbito da própria guerra (oferendas e sacrifícios, procissões, queima de incenso, libações, provavelmente leituras divinatórias das entranhas de animais);⁵⁴ trata-se propriamente de um conjunto de artefatos litúrgicos, vetores semânticos e agentes da violência sacrificial implicada no conflito bélico. A cena do banquete só é compreensível como momento culminante de uma sequência de eventos de uma guerra sagrada, de que a imagem é partícipe, situando a consumação e o deleite do banquete em seu contexto propriamente ritual.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é resultado parcial de pesquisa financiada por Bolsa de Produtividade do CNPq (triênio 2016-2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUSCH, Tzvi. Hunting in the Epic of Gilgamesh: Speculations on the Education of a Prince. In: COGAN, Mordechai; KAHN, Daniel (eds.) *Treasures on Camels' Humps*. Jerusalem: The Hebrew University Magnes Press, 2008, p.11-20.

53 Liverani enfatiza a diferença entre a religião assírio-babilônica e o movimento (em grande parte, reformista) que caracterizará religiões e ideologias da chamada “época axial”, em particular o movimento deuteronomista, em Judá. LIVERANI, 2003. Para o conceito, originado das reflexões de Karl Jasper, cf. os capítulos reunidos por EISENSTADT, 1986.

54 Como repertoriou detalhadamente READE, 2005, p.21 e ss.

- ALBENDA, Pauline. Lions on Assyrian Wall Reliefs. *Journal of the Ancient Near Eastern Society*, vol. 6, p.1-27, 1974.
- ALBENDA, Pauline. Landscape Bas-reliefs in the Bit-Hilani of Ashurbanipal. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, n. 224, p.49-72, 1976.
- ALBENDA, Pauline. Landscape Bas-reliefs in the Bit-Hilani of Ashurbanipal (cont.). *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, n. 225, p.29-48, 1977.
- ANNUS, Amar. *The God Ninurta in the Mythology and Royal Ideology of Ancient Mesopotamia*. Helsinki: The Neo-Assyrian Text Corpus Project, 2002.
- ÁRVAI, T. A. Jenseits der assyrischen Grenze. Das Bild des Feindes in den neuassyrischen Königsinschriften. In: CSABAI, Zóltan (ed.) *Studies in economic and social history of the ancient Near East in memory of Péter Vargyas*. Budapest, L'Harmattan, 2014, p.485-502.
- ASSMANN, Jan J. *Moses, the Egyptian*. The Memory of Egypt in Western Monotheism. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.
- ASSMANN, Jan J. *The Price of Monotheism*. Stanford: Stanford University Press, 2010.
- ATAÇ, Mehmet-Ali. Tiamat's Brood. In: ATAÇ, Mehmet-Ali. *The Mythology of Kingship in Neo-assyrian Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p.172-189.
- ATAÇ, Mehmet-Ali. "The Charms of Tyranny": Conceptions of Power in the "Garden Scene" of Ashurbanipal Reconsidered. In: WILHELM, Gernot (ed.) *Organization, Representation, and Symbols of Power in the Ancient Near East*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2012. p.411-427.
- BAGG, Ariel M. *Die Assyrer und das Westland: Studien zur Historischen Geographie und Herrschaftspraxis in der Levante im 1. Jt. V. u. Z.* Leuven: Peeters Publishers, 2011.
- BAGG, Ariel M. Palestine under Assyrian Rule. A New Look at the Assyrian Imperial Policy in the West. *Journal of the American Oriental Society*, vol. 133, n. 1, p.119-144, 2013.
- BAHRANI, Zainab. *The Graven Image*. Representation in Babylonia and Assyria. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.

- BAHRANI, Zainab. The King's Head. In: COLLON, Dominique; GEORGE, Andrew (eds.). *Nineveh*. vol. 1. London: British School of Archaeology in Iraq 2005. p.115-119.
- BAHRANI, Zainab. *Rituals of War*. The Body and Violence in Mesopotamia. New York, Zone Books, 2008.
- BARJAMOVIC, Gojko. Propaganda and Practice in Assyrian and Persian Imperial culture. In: BANG, Peter Fibiger; KOŁODZIEJCZYK, Dariusz (eds.). *Universal Empire*. A Comparative Approach to Imperial Culture and Representation in Eurasian History. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p.43-59.
- BARNETT, Richard. *Sculptures from the North Palace of Assurbanipal at Nineveh, 668-627 B.C.* London: The British Museum, 1976.
- BARNETT, Richard; BLEIBTREU, Erika; TURNER, Geoffrey. *Sculptures from the Southwest Palace of Sennacherib at Nineveh*. London: British Museum Press, 1998.
- BEDFORD, Peter R. The Neo-Assyrian Empire. In: MORRIS, Ian; SCHEIDEL, Walter (eds.). *The Dynamics of Ancient Empires*. State Power from Assyria to Byzantium. Oxford: Oxford University Press, 2009. p.30-65.
- BELTING, Hans. *Likeness and Presence*. A History of the Image before the Era of Art. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- BENOIT, Agnès. *Art et archéologie*. Les civilisations du Proche-Orient ancien. Paris : Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, 2003.
- BERNBECK, Reinhard. Imperialist Networks: Ancient Assyria and the United States. *Present Pasts*, vol. 2, n.1, p.142-168, 2010.
- BOHRER, Frederick Nathaniel. Inventing Assyria: Exoticism and Reception in Nineteenth-century England and France. *The Art Bulletin*, vol. 80, n. 2, p.336-356, 1998.
- BONATZ, Dominik. Ashurbanipal's Headhunt: an Anthropological Perspective. In: COLLON, Dominique; GEORGE, Andrew (eds.). *Nineveh*. vol. 1. London: British School of Archaeology in Iraq, 2005. p.93-101.
- BORGER, Riekele. *Beiträge zum Inschriftenwerk Assurbanipals: Die Prismenklassen A, B, C = K, D, E, F, G, H, J und T sowie andere Inschriften*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1996.

- BOTTÉRO, Jean; KRAMER, Samuel Noah. *Lorsque les dieux faisaient l'homme*. Paris: Gallimard, 1989.
- BRIANT, Pierre. From the Indus to the Mediterranean: The Administrative Organization and Logistics of the Great Roads of the Achaemenid Empire. In: ALCOCK, Susan Ellen *et alii* (eds.). *Highways, Byways, and Road Systems in the Pre-modern World*. Oxford: Blackwell, 2012. p.185-201.
- BRINKMAN, John Anthony. Babylonian under the Assyrian Empire - 745-627 B.C. In: LARSEN, Mogens Trolle (ed.). *Power and Propaganda. A Symposium on Ancient Empires*. Copenhagen: Akademisk Forlag, 1979. p.223-250.
- BRINKMAN, John Anthony. *Prelude to Empire*. Babylonian Society and Politics, 747-626 B.C. Philadelphia, Occasional Publications of the Babylonian Fund, 7, 1984.
- CARAMELO, Francisco. A crise política e militar de Shamash-shumu-ukin no reinado de Assurbanipal: os ecos na Adivinhação. In: RAMOS DOS SANTOS, António; VARANDAS, José (ed.). *A guerra na Antiguidade*. vol. 3. Lisboa: Caleidoscópio-Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010. p.65-82.
- CARAMELO, Francisco. Território, fronteira e expansão no período meso-assírio: a presença assíria no Eufrates-Médio. *Cadmo*, n. 21, p.33-50, 2011.
- CASSIN, Elena. Le roi et le lion. In: CASSIN, Elena. *Le semblable et le différent*. Symbolisme du pouvoir dans le Proche-Orient ancien. Paris : Éditions la Découverte, 1987. p.167-212.
- COGAN, Morton. *Imperialism and Religion*. Assyria, Judah and Israel in the Eight and Seventh Centuries B.C.E. Missoula, Montana: Society of Biblical Literature, 1974.
- COLLINS, Paul. *Assyrian Palace Sculptures*. Austin, University of Texas Press, 2008.
- CROUCH, C. L. *War and Ethics in the Ancient Near East*. Military Violence in Light of Cosmology and History. Berlin: Walter De Gruyter, 2009.
- De BACKER, Fabrice. Fragmentation of the Enemies in the Ancient Near East during the Neo-Assyrian Period. In: MICHAELS, Axel. (ed.). *Ritual*

- Dynamics and the Science of Ritual*. vol. III: State, Power and Violence. Section III: Usurping Ritual. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2010. p.393-412.
- DEMARE-LAFONT, Sophie. Fief et féodalité dans le Proche-Orient ancien. In: BOURNAZEL, Éric; POLY, Jean-Pierre (eds.). *Les féodalités*. Paris: PUF, 1998. p.513-630.
- DODD, L. S. Monuments of Resistance. Gurgum and the Assyrian Conquest. In: ARERSHIAN, Gregory E. (ed.). *Empires and Diversity*. On the Crossroads of Archaeology, Anthropology, and History. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology Press, 2013. p.57-83.
- EISENSTADT, Shmuel N. (ed.). *The Origins and Diversity of Axial Age Civilizations*. New York: State University of New York Press, 1986.
- FALES, Frederick Mario. Narrazione visuale e testuale: il caso delle campagne militari assire. In: INVERNIZZI, A. et alii (eds.). *L'arte nel Vicino Oriente Antico*. Bellezza, rappresentazione, espressione. Milano: Edizioni Ares, 2006. p.79-116.
- FALES, Frederick Mario. *Guerre et paix en Assyrie*. Religion et impérialisme. Paris: Cerf, 2010.
- FANTALKIN, Alexander; TAL, Oren. When the River Meets the Sea. A Neo-Assyrian Logistical Network in Operation. *Skyllis*, vol. 15, n. 1, 2015. p.21-27.
- FAVARO, Sabrina. *Voyages et voyageurs à l'époque néo-assyrienne*. Helsinki: The Neo-Assyrian Text Corpus Project, 2007.
- FRAHM, Eckart. Images of Assyria in Nineteenth and Twentieth-century Western scholarship. In: HOLLOWAY, Steven W. (ed.). *Orientalism, Assyriology and the Bible*. Sheffield: Sheffield Phoenix Press, 2007. p.74-94.
- FRAME, Grant. The God Assur in Babylonia. In: PARPOLA, Simo; WHITING, Robert McCray (eds.). *Assyria, 1995*. Helsinki: The Neo-Assyrian Text Corpus Project, 1997. p.55-64.
- FUCHS, Andreas. Assyria at War: Strategy and Conduct. In: RADNER, Karen; ROBSON, Eleanor (ed.). *The Oxford Handbook of Cuneiform Culture*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p.380-401.

- GALTER, Hannes D. Looking Down the Tigris. The Interrelations between Assyria and Babylonia. In: LEICK, Gwendolyn (ed.). *The Babylonian World*. New York: Routledge, 2009. p.527-540.
- GEORGE, Andrew R. *The Babylonian Gilgamesh epic*. Volume 1. Oxford, Oxford University Press, 2003.
- GERARDI, Pamela. Epigraphs and Assyrian Palace Reliefs: the Development of the Epigraphic Text. *Journal of Cuneiform Studies*, vol. 40, n. 1, p.3-35, 1988.
- GLASSNER, Jean-Jacques. Couper des têtes em Mésopotamie. In: D'ONOFRIO, Salvatori; TAYLOR, Anne-Christinne (eds.). *La guerre en tête. Cahiers d'Anthropologie Sociale*, 2. Paris: L'Herme, 2006. p.47-55.
- GRAYSON, A. Kirk. Assyrian Rule of Conquered Territory in Ancient Western Asia. In: SASSON, Jack M. (ed.). *Civilizations of the Ancient Near East*. vol. 2. New York: Charles Scribner's Sons, 1995. p.959-968.
- GRECO, A. Zagros Pastoralism and Assyrian Imperial Expansion: a Methodological Approach. In: LAFRANCHI, G. B.; ROAF, M.; ROLLINGER, R. (eds.). *Continuity of Empire (?) Assyria, Media, Persia*. Padova: Sargon Editrice, 2003. p.65-78.
- HOLLOWAY, Steven W. *Aššur is king! Aššur is king!* Religion in the Exercise of Power in the Neo-Assyrian Empire. Leiden: Brill, 2002.
- JURSA, Michael. The Neo-Babylonian Empire. In: GEHLER, M.; ROLLINGER, R. (eds.). *Imperien und Reiche in der Weltgeschichte. Epochenübergreifende und globalhistorische Vergleiche*. Wiesbaden: Harrassowitz, 2014. p.121-148.
- KEREKES, Miklós. The Assyrian Provincial Administration. The Neo-Assyrian Governor's Aspects within Their Province. In: PÉTER, J. (ed.). *APARKHAI. Lectures Held at the 6th Conference of Collegium Hungaricum Societatis Europaeae Studiosorum Philologiae Classicae*. Budapest, 2011. p.104-109.
- KERTAI, David. *The Architecture of Late Assyrian Palaces*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- LAMBERT, Wilfred George. *Babylonian creation myths*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2013.
- LARSEN, Mogens Trolle. *La conquête de l'Assyrie*. Paris: Hachette, 2001.

- LION, Brigitte; MICHEL, Cécile. Les chasses royales néo-assyriennes. Textes et images. In: SIDERA, Isabelle (ed.). *La chasse. Pratiques sociales et symboliques*. Paris: De Boccard, 2006. p.217-283.
- LIVERANI, Mario. The Ideology of the Assyrian Empire. In: LARSEN, Moges Trolle (ed.). *Power and Propaganda. A Symposium on Ancient Empires*. Copenhagen: Akademisk Forlag, 1979. p.297-397.
- LIVERANI, Mario. The Growth of the Assyrian Empire in the Habur/Middle Euphrates Area: a New Paradigma. *State Archives of Assyria Bulletin*, vol. 2, n. 2, p.81-98, 1988.
- LIVERANI, Mario. Guerra santa e guerra giusta nel Vicino Oriente Antico (circa 1600-600 A.C.). *Studi Storici*, vol. 43, n.3, p.639-659, 2003.
- LIVERANI, Mario. *Más allá de la Biblia*. Historia antigua de Israel. Barcelona, Crítica, 2005a.
- LIVERANI, Mario. Imperialism. In: POLLOCK, Susan; BERNBECK, Reinhard (eds.). *Archaeologies of the Middle East. Critical perspectives*. Malden: Blackwell, 2005b. p.223-243.
- LIVERANI, Mario. From City-state to Empire: the Case of Assyria. In: ARNASON, Johann P.; RAAFLAUB, Kurt A. (eds.). *The Roman Empire in Context. Historical and comparative perspectives*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011. p.251-269.
- LIVERANI, Mario. *Assyria. The Imperial Mission*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2017.
- LUCKENBILL, Daniel David. *Ancient Records of Assyria and Babylonia*. vol. 2. London: Glassmill, 1989.
- MACGREGOR, S. L. *Women in the Neo-Assyrian world: Visual and Textual Evidence from Palace and Temple*. PhD. Thesis. Berkeley: University of California, 2003.
- MACGREGOR, S. L. *Beyond Hearth and Home. Women in the Public Sphere in Neo-Assyrian Society*. Helsinki: The Neo-Assyrian Text Corpus Project, 2012.
- MALBRAN-LABAT, Florence. *L'armée et l'organisation militaire de l'Assyrie*. Genève: Librairie Droz, 1984.

- MANN, Michael. *The Sources of Social Power*. vol 1: A History of Power from the Beginning to A.D. 1760. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- MATTILA, Raija. *The King's Magnates*. A Study of the Highest Officials of the Neo-Assyrian Empire. Helsinki: The Neo-Assyrian Text Corpus Project, 2000.
- MAY, Natalie Naomi. Triumph as an Aspect of the Neo-Assyrian Decorative Program. In: WILHELM, Gernot (ed.). *Organization, Representation, and Symbols of Power in the Ancient Near East*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2012. p.461-488.
- MELVILLE, Sarah C. Royal Neo-Assyrian Women and Male Identity: Status as a Social Tool. *Journal of the American Oriental Society*, vol. 124, n.1, p.37-57, 2004.
- MELVILLE, Sarah C. Kings of Tabal: Politics, Competition, and Conflict in a Contested Periphery. In: RICHARDSON, Seth (ed.). *Rebellions and Peripheries in the Cuneiform World*. New Haven: American Oriental Society, 2010. p.87-109.
- MELVILLE, Sarah C. *The Campaigns of Sargon II, King of Assyria, 721-705 B.C.* Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 2016.
- MEYER, J. C. Trade in Bronze Age and Iron Age Empires, a Comparison. In: BANG, P. F.; IKEGUCHI, M.; ZICHE, H. G. (eds.). *Ancient Economies, Modern Methodologies*. Archaeology, Comparative History, Models and Institutions. Bari: Edipuglia, 2006. p.89-106.
- NADALI, Davide. Assyrians to War: Positions, Patterns and Canons in the Tactics of the Assyrian Armies in the VII Century B.C. In: LUDOVICO, Alessandro Di; NADALI, Davide (eds.). *Studi in onore di Paolo Mathiae presentati in occasione del suo sessantacinquesimo compleanno*. Roma: CMAO, 2005. p.167-207.
- NADALI, Davide. Percezione dello spazio e scansione del tempo. Studio della composizione narrative del relieve assirio di VII secolo a.C. *Contributi e Materiali di Archeologia Orientale*, vol. 12, p.1-28, 2006.
- NADALI, Davide. Ashurbanipal against Elam. Figurative Patterns and Architectural Location of the Elamite Wars. *Historiae*, vol. 4, p.57-91, 2007.

- NADALI, Davide. Assyrian Open Field Battles. An Attempt at Reconstruction and Analysis. In: VIDAL, Jordi (ed.). *Studies on War in the Ancient Near East*. Collected Essays on Military History. Münster: Ugarit Verlag, 2010. p.117-152.
- NADALI, Davide. Outcomes of Battle: Triumphal Celebrations in Assyria. In: SPALINGER, Anthony; ARMSTRONG, Jeremy (eds.). *Rituals of Triumph in Mediterranean World*. Leiden: Brill, 2013. p.75-94.
- ODED, Bustenay. *Peace and Empire*. Justifications for War in Assyrian Royal Inscriptions. Wiesbaden: Ludwig Reichert Verlag, 1992.
- ORNAN, Tallay. Expelling Demons at Nineveh: on the Visibility of Benevolent Demons in the Palaces of Nineveh. In: COLLON, Dominique; GEORGE, Andrew (eds.). *Nineveh*. Vol. 1. London: British School of Archaeology in Iraq, 2005. p.83-92.
- PAIVA DO MONTE, M. L. *Ideia e presença: a imagem do rei na construção simbólica do espaço imperial neo-assírio (sés. X-VII a.C.)*. Tese de doutorado. Universidade Nova de Lisboa. Dezembro de 2016.
- PARKER, Bradley. J. *The Mechanics of Empire*. The Northerners Frontier of Assyria as a Case Study in Imperial Dynamics. Helsinki: The Neo-Assyrian Text Corpus Project, 2001.
- PARKER, Bradley J. At the Edge of Empire. Conceptualizing Assyria's Anatolian Frontier ca. 700 BC. *Journal of Anthropological Archaeology*, vol. 21, p.371-395, 2002.
- PARPOLA, Simo. Assyria's Expansion in the 8th and 7th Centuries and its Long Term Repercussions in the West. In: DEVER, William G.; GITIN, Seymour (eds.). *Symbiosis, Symbolism, and the Power of the Past*. Canaan, Ancient Israel, and their Neighbors from Late Bronze Age through Roman Palestina. Winona Lake: Eisenbrauns, 2003. p.99-111.
- PECIRKOVÁ, Jana. The Administrative Organization of the Neo-Assyrian Empire. *Archív Orientální*, vol. 45, p.211-228, 1977.
- PECIRKOVÁ, Jana. Ancient Imperialism. Rome and Assyria, *Archív Orientální*, vol. 65, p.231-240, 1997.
- PONCHIA, Simonetta. Mountain Routes in Assyrian Royal Inscriptions (part I). *Kaskal*, vol. 1, p.139-177, 2004.

- PONCHIA, Simonetta. Mountain Routes in Assyrian Royal Inscriptions (part II). *Archives of Assyria Bulletin*, vol. 15, p.193-271, 2006.
- PORTER, Barbara N. *Images, Power, Politics*. Figurative Aspects of Esarhaddon's Babylonian Policy. Philadelphia: American Philosophical Society, 1993.
- PORTER, Barbara N. "For Astonishment of all Enemies": Assyrian Propaganda and its Audiences in the Reigns of Ashurnasirpal II and Esarhaddon. *Bulletin of the Canadian Society for Mesopotamian Studies*, vol. 35, p.7-18, 2000.
- PORTER, Barbara N. Intimidation and Friendly Persuasion. Re-evaluating the Propaganda of Assurnasirpal II. In: PORTER, Barbara N. *Trees, Kings, and Politics*. Studies in Assyrian Iconography. Fribourg: Academic Press Fribourg, 2003, p.81-97.
- POSTGATE, John Nicholas. The Land of Assur and the Yoke of Assur. *World Archaeology*, vol. 23, p.247-263, 1992.
- RADNER, Karen. Royal Decision-making: Kings, Magnates, and Scholars. In: RADNER, Karen; ROBSON, Eleanor (eds.). *The Oxford Handbook of Cuneiform Culture*. Oxford, Oxford University Press, 2011. p.358-379.
- RADNER, Karen. Between a Rock and a Hard Place: Musasir, Kummé, Ukkú and Shubria - the Buffer States between Assyria and Urartu. In: KROLL, S. *et alii* (eds.). *Biainili-Urartu*. Leuven: Peeters, 2012. p.243-264.
- RADNER, Karen. An Imperial Communicational Network. The State Correspondence of the Neo-Assyrian Empire. In: RADNER, Karen (ed.). *State Correspondence in the Ancient World. From New Kingdom Egypt to the Roman Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p.64-93.
- RADNER, Karen. Royal Pen Pals. The Kings of Assyria in Correspondence with Officials, Clients and Total Strangers (8th and 7th centuries BC). In: PROCHÁZKA *et alii* (eds.). *Official Epistolography and the Language(s) of Power*. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2015. p.61-72.
- READE, Julian. Ideology and Propaganda in Assyrian Art. In: LARSEN, Mogens Trolle (ed.). *Power and Propaganda. A Symposium on Ancient Empires*. Copenhagen, 1979. p.329-343.
- READE, Julian. *Assyrian Sculpture*. 2^a ed. London: British Museum Press, 1998.

- READE, Julian. Religious Ritual in Assyrian Sculpture. In: PORTER, Barbara N. (ed.). *Ritual and Politics in Ancient Mesopotamia*. New Haven: American Oriental Society, 2005. p.7-61.
- REED, Stephanie. Blurring the Edges: a Reconsideration of the Treatment of Enemies in Ashurbanipal's Reliefs. In: CHENG, Jack; FELDMAN, Marian H. (eds.). *Ancient Near Eastern Art in Context*. Leiden: Brill, 2007. p.101-130.
- RICHARDSON, Seth. Death and Dismemberment in Mesopotamia. In: LANERI, Nicola (ed.). *Performing Death*. Social Analyses of Funerary Traditions in the Ancient Near East and Mediterranean. Chicago: The Oriental Institute, 2007. p.189-208.
- RICHARDSON, Seth. Getting Confident. The Assyrian Development of Elite Recognition Ethics. In: LAVAN, Myles *et alii* (eds.). *Cosmopolitanism and Empire*. Universal Rulers, Local Elites, and Cultural Integration in the Ancient Near East and Mediterranean. Oxford: Oxford University Press, 2016. p.26-64.
- RUSSELL, John Malcolm. *Sennacherib's Palace without Rival at Nineveh*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991
- RUSSELL, John Malcolm. *The Writing on the Wall*. Studies in the Architectural Context of Late Assyrian Palace Inscriptions. Winona Lake: Eisenbrauns, 1999.
- SAYCE, Archibald Henry. *Assyria*. Its Princes, Priests, and People. London: The Religious Tract Society, 1895 [original de 1885].
- SILVERSTEIN, Adam J. *Postal System in the Pre-modern Islamic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- SVÄRD, Saana. *Women and Power in Neo-Assyrian Palaces*. Helsinki: The Neo-Assyrian Text Corpus Project, 2015.
- TENU, Aline. *L'expansion médio-assyrienne*. Approche archéologique. Oxford: BAR International Series, 2009.
- VILLARD, Pierre. L'empire néo-assyrien. In: HURLET, Frédéric. (ed.). *Les empires*. Antiquité et Moyen Âge, analyse comparée. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2008. p.15-31.

- WATANABE, Chikako Esther. Symbolism of the Royal Lion Hunt in Assyria. In: PROSECKY, J. (ed.). *Intellectual Life of the Ancient Near East*. Prague: Oriental Institute, 1998. p.439-450.
- WATANABE, Chikako Esther. The Lion Metaphor in the Mesopotamian Royal Context. *Topoi*, Supplement, vol. 2, p.399-409, 2000.
- WATANABE, Chikako Esther. The “Continuous Style” in the Narrative Scheme of Assurbanipal’s Reliefs. In: COLLON, Dominique; GEORGE, Andrew (eds.) *Nineveh*. Vol. 1. London: British School of Archaeology in Iraq, 2005. p.103-114.
- WATERS, Matthew William. *A Survey of Neo-Elamite History*. PhD. University of Pennsylvania, 1997.
- WATERS, Matthew William. Te’umman in the Neo-Assyrian Correspondence. *Journal of the American Oriental Society*, vol. 119, n. 3, p.473-477, 1999.
- WEINFELD, M. The Protest Against Imperialism in Ancient Israelite Prophecy. In: EISENSTADT, Shmuel N. (ed.). *The Origins and Diversity of Axial Age Civilizations*. New York: State University of New York Press, 1986. p.169-172.
- WEISSERT, Elnathan. Royal Hunt and Royal Triumph in a Prism Fragment of Ashurbanipal (82-5-22,2). In: PARPOLA, Simo; WHITING, Robert McCray (eds.) *Assyria, 1995*. Helsinki: The Neo-Assyrian Text Corpus Project, 1997. p.339-358.
- WINTER, Irene. ‘Idols of the King’: Royal Images as Recipients of Ritual Action in Ancient Mesopotamia. *Journal of Ritual Studies*, vol. 6, n. 1, p.13-42, 1992.